



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e procedimentos que regerão o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA (categoria: Caminhonete / pick-up média), doravante denominados apenas veículos, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição dos veículos será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

2.1. **Os veículos automotores**, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como bem comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019.

CAPÍTULO 2 - DA JUSTIFICATIVA

1. A presente contratação é motivada pela necessidade de melhoria da frota de veículos do TRE/MS alocados em Cartórios Eleitorais, com substituição dos veículos atualmente alocados - que são de pequeno porte - por veículos da categoria caminhonete / pick-up média, a fim de melhorar o transporte de pessoas e materiais no período eleitoral, sobretudo em áreas de difícil acesso.

CAPÍTULO 3 - DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de veículos a serem adquiridos pelo TRE/MS, que se dará em função da disponibilidade de recursos orçamentários.

2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser praticado pela empresa vencedora.

2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição do veículo com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.

2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do veículo, dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.

3. A vigência do Registro de Preços será de **90 (noventa) dias**, contada da assinatura da ata de registro de preços.

CAPÍTULO 4 - DOS VEÍCULOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos veículos a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados no quadro abaixo.

Item	Descrição do veículo
	<p>Veículo automotor terrestre, para uso misto (transporte de passageiros e cargas), caminhonete / pick-up média, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) carroceria: CAMINHONETE (pick-up), cabina dupla</p> <p>2) veículo novo (0 km)</p> <p>3) ano de fabricação: 2021 ou superior</p> <p>4) motor movido, preferencialmente, a etanol e/ou gasolina (bicombustível), ou a diesel</p> <p>4.1) no caso de veículo com motor a diesel:</p> <p>4.1.1) injeção direta de combustível</p>

4.1.2) turbo

- 5) potência máxima superior a 155cv, independente do combustível utilizado
- 6) torque máximo superior a 24 kgf.m, independente do combustível utilizado
- 7) tração 4x2, 4x4 e 4x4 com reduzida (com acionamento por meio de alavanca, botão ou chave seletora; possibilidade de acionamento da tração 4x4H com veículo em movimento)
- 8) transmissão manual, automática ou automatizada
- 9) freios:
 - 9.1) dianteiros a disco
 - 9.2) traseiros a disco ou tambor
 - 9.3) com ABS (antilock braking system)
 - 9.4) com EBD (electronic brake force distribution)
- 10) Controle de tração
- 11) Controle de estabilidade
- 12) Sistema de auxílio de partida em rampa
- 13) dimensões:
 - 13.1) comprimento total de, no mínimo, 5,200m
 - 13.2) entre eixos de, no mínimo, 3,000m
- 14) altura livre do solo de, no mínimo, 210mm
- 15) 4 (quatro) portas laterais para acesso do motorista e dos passageiros
- 16) capacidade para 5 lugares (incluindo o motorista)
- 17) capacidade de carga útil de, no mínimo, 800 kg
- 18) capacidade da caçamba de, no mínimo, 1.000 litros
- 19) tanque de combustível de, no mínimo, 75 litros
- 20) carroceria na cor branca
- 21) protetor de cárter e/ou motor
- 22) protetor / revestimento da caçamba
- 23) capota marítima
- 24) 3ª luz de freio traseira (brake light)
- 25) alarme com acionamento remoto
- 26) ar-condicionado
- 27) direção com assistência hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica
- 28) air-bag frontais (motorista e passageiro)
- 29) apoios de cabeça para todos os ocupantes (5), com regulagem de altura
- 27) cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes (5)
- 28) revestimento dos bancos em tecido e/ou couro (natural ou sintético)
- 29) retrovisores externos com comando interno manual ou elétrico
- 30) travas elétricas das portas
- 31) acionamento elétrico dos vidros dianteiros e traseiros
- 32) volante / coluna de direção com regulagem de altura
- 33) banco do motorista com regulagem de altura
- 34) lavador do parabrisa (vidro dianteiro) e limpador com intermitência / temporizador
- 35) desembaçador do vidro traseiro
- 36) Painel de instrumentos com velocímetro, hodômetro total e parcial, indicador do nível

de combustível e temperatura do motor, luzes de alerta para pressão do óleo do motor, ignição/bateria, freio de estacionamento, indicadores de direção/ luzes de alerta, nível de combustível baixo

37) sistema de som integrado ao painel (original de fábrica ou instalado pela concessionária)

38) estepe com roda e pneu

39) triângulo de advertência

40) macaco e chave de rodas

41) jogo de tapetes de borracha ou carpete para todos os bancos

42) demais itens exigidos pela legislação brasileira

43) película de proteção solar (insulfilm) nos vidros, em conformidade com os limites fixados na legislação

44) aplicação de grafismo (adesivo) nas portas dianteiras para identificação do veículo, conforme imagem ilustrativa abaixo



45) garantia mínima de 3 anos ou 100.000 (cem mil) km, o que primeiro ocorrer

46) concessionária e/ou rede autorizada em Campo Grande/MS.

47) o veículo deverá ser entregue devidamente registrado e licenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS (O Certificado de Registro do Veículo deverá ser emitido em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e a placa deve ser a correspondente a veículo oficial, por se tratar de veículo pertencente à União Federal).

Marca de referência: Nissan Frontier, GM S-10, Toyota Hilux, Ford Ranger ou similar

Unidade	Qtde	Preço Unitário Máximo	Preço Total Máximo
Unidade	3	R\$ 241.800,00	RS 725.400,00
Intervalo mínimo entre os lances, a ser aplicado sobre o valor unitário			R\$ 30,00

Item	Descrição do veículo
	<p>COTA EXCLUSIVA ME/EPP</p> <p>Veículo automotor terrestre, para uso misto (transporte de passageiros e cargas), caminhonete / pick-up média, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">1) carroceria: CAMINHONETE (pick-up), cabina dupla2) veículo novo (0 km)3) ano de fabricação: 2021 ou superior4) motor movido, preferencialmente, a etanol e/ou gasolina (bicomcombustível), ou a diesel4.1) no caso de veículo com motor a diesel:

- 4.1.1) injeção direta de combustível
- 4.1.2) turbo
- 5) potência máxima superior a 155cv, independente do combustível utilizado
- 6) torque máximo superior a 24 kgf.m, independente do combustível utilizado
- 7) tração 4x2, 4x4 e 4x4 com reduzida (com acionamento por meio de alavanca, botão ou chave seletora; possibilidade de acionamento da tração 4x4H com veículo em movimento)
- 8) transmissão manual, automática ou automatizada
- 9) freios:
 - 9.1) dianteiros a disco
 - 9.2) traseiros a disco ou tambor
 - 9.3) com ABS (antilock braking system)
 - 9.4) com EBD (electronic brake force distribution)
- 10) Controle de tração
- 11) Controle de estabilidade
- 12) Sistema de auxílio de partida em rampa
- 13) dimensões:
 - 13.1) comprimento total de, no mínimo, 5,200m
 - 13.2) entre eixos de, no mínimo, 3,000m
- 14) altura livre do solo de, no mínimo, 210mm
- 15) 4 (quatro) portas laterais para acesso do motorista e dos passageiros
- 16) capacidade para 5 lugares (incluindo o motorista)
- 17) capacidade de carga útil de, no mínimo, 800 kg
- 18) capacidade da caçamba de, no mínimo, 1.000 litros
- 19) tanque de combustível de, no mínimo, 75 litros
- 20) carroceria na cor branca
- 21) protetor de cárter e/ou motor
- 22) protetor / revestimento da caçamba
- 23) capota marítima
- 24) 3ª luz de freio traseira (brake light)
- 25) alarme com acionamento remoto
- 26) ar-condicionado
- 27) direção com assistência hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica
- 28) air-bag frontais (motorista e passageiro)
- 29) apoios de cabeça para todos os ocupantes (5), com regulagem de altura
- 27) cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes (5)
- 28) revestimento dos bancos em tecido e/ou couro (natural ou sintético)
- 29) retrovisores externos com comando interno manual ou elétrico
- 30) travas elétricas das portas
- 31) acionamento elétrico dos vidros dianteiros e traseiros
- 32) volante / coluna de direção com regulagem de altura
- 33) banco do motorista com regulagem de altura
- 34) lavador do parabrisa (vidro dianteiro) e limpador com intermitência / temporizador
- 35) desembaçador do vidro traseiro

- 36) Paineis de instrumentos com velocímetro, hodômetro total e parcial, indicador do nível de combustível e temperatura do motor, luzes de alerta para pressão do óleo do motor, ignição/bateria, freio de estacionamento, indicadores de direção/ luzes de alerta, nível de combustível baixo
- 37) sistema de som integrado ao painel (original de fábrica ou instalado pela concessionária)
- 38) estepe com roda e pneu
- 39) triângulo de advertência
- 40) macaco e chave de rodas
- 41) jogo de tapetes de borracha ou carpete para todos os bancos
- 42) demais itens exigidos pela legislação brasileira
- 43) película de proteção solar (insulfilm) nos vidros, em conformidade com os limites fixados na legislação
- 44) aplicação de grafismo (adesivo) nas portas dianteiras para identificação do veículo, conforme imagem ilustrativa abaixo



- 45) garantia mínima de 3 anos ou 100.000 (cem mil) km, o que primeiro ocorrer
- 46) concessionária e/ou rede autorizada em Campo Grande/MS.
- 47) o veículo deverá ser entregue devidamente registrado e licenciado junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS (O Certificado de Registro do Veículo deverá ser emitido em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e a placa deve ser a correspondente a veículo oficial, por se tratar de veículo pertencente à União Federal).

Marca de referência: Nissan Frontier, GM S-10, Toyota Hilux, Ford Ranger ou similar

Unidade	Qtde	Preço Unitário Máximo	Preço Total Máximo
Unidade	1	R\$ 241.800,00	R\$ 241.800,00
Intervalo mínimo entre os lances, a ser aplicado sobre o valor unitário			R\$ 30,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição do veículo indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante do Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. As especificações indicadas acima compreendem o conjunto mínimo de características desejado para os veículos e foram estabelecidas para fins de avaliação e julgamento das propostas das empresas licitantes.

2.1.A licitante deverá encaminhar junto à sua proposta: catálogos, prospectos, folderes e outros documentos disponibilizados pelo fabricante do veículo, onde possam ser verificadas as características gerais do veículo ofertado.

3. O item apresentou valor total estimado acima de R\$ 80.000,00, para atendimento do disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP, foram divididos em dois itens, conforme indicado na tabela abaixo:

Objeto	Quantidade total	Qdade disputa ampla	Qdade cota exclusiva ME/EPP
--------	------------------	---------------------	-----------------------------

Veículo automotor terrestre, para uso misto (transporte de passageiros e cargas), caminhonete / pick-up média	4	item 01 - 03 unidades	item 02 - 01 unidade
---	---	-----------------------	----------------------

3.1. Na hipótese de não haver vencedor para o item 02 (cota reservada para ME/EPP), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota principal.

4. A empresa licitante poderá, a seu critério, ofertar veículo com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto e respeitado o preço máximo admitido.

5. A indicação de veículos de referência feita na descrição do item é apenas orientativa, correspondendo àqueles que serviram de base para a coleta das características/especificações dos veículos a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

5.1. A empresa licitante poderá ofertar veículo similar ao de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

5.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus veículos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar veículo indicado como referência, a certificação de que o veículo cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

5.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 5.2 acima, a cotação pela empresa licitante de veículo indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do veículo quando de sua entrega.

6. Para fixação do preço máximo do item, em vista de se ter verificado variação de preço dos modelos disponíveis no mercado, e, também, em vista da inviabilidade da fixação de preço máximo por marca/modelo, foi utilizado o maior valor obtido no levantamento de preços realizado, limitado à disponibilidade orçamentária existente.

6.1. Assim, de modo a evitar a aquisição de veículo com sobrepreço, por ocasião da avaliação dos preços cotados pelas empresas licitantes, o Pregoeiro verificará a compatibilidade desses preços não somente com o preço máximo fixado pelo TRE/MS, como com os preços praticados no mercado de acordo com cada marca/modelo/versão ofertado, considerando-se, inclusive, as eventuais ocorrências que possam ter influência sobre os preços (ofertas vigentes, redução de impostos, etc.).

7. Os veículos deverão ser entregues com grafismo de identificação do TRE/MS, afixado nas portas laterais dianteiras, composto de adesivos em recorte eletrônico, com letras pretas, no padrão de fonte Arial Black, com dimensões de acordo com o tamanho da porta do veículo ofertado. As letras devem ser afixadas observando-se o correto alinhamento, de modo que o grafismo tenha o adequado padrão estético.

CAPÍTULO 5 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

1. Os veículos deverão ser entregues no prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira.

1.1. Mediante solicitação da contratada, e a critério do TRE/MS, a entrega dos veículos poderá ser efetuada na sede da contratada, ou de sua concessionária, localizada em Campo Grande.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da requisição de fornecimento.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento do veículo será realizado pela Seção de Transporte do TRE/MS, e se dará em duas etapas: provisória e definitivamente, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado na ocasião da entrega do veículo ao TRE/MS, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) correspondência de marca e modelo do veículo com os indicados na proposta da fornecedora;
- b) condições gerais do veículo (lataria, funcionamento do motor (partida), grafismo, emplacamento, etc.);

- c) entrega do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do veículo entregue, quantidade, preços unitário e total;
- d) entrega do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV-e; e
- e) entrega da documentação obrigatória relativa ao veículo (manual, certificado de garantia, etc.).

7.1. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.2. Caso se constate alguma inconformidade, que seja sanável, o registro do recebimento provisório deverá ser feito com a pertinente ressalva.

7.3. Em caso de ser constatada inconformidade que não seja sanável (ex.: entrega de veículo incompatível com o adquirido), será procedida a recusa de recebimento provisório.

7.4. Na hipótese indicada na cláusula 7.1, a contagem do prazo de entrega será suspensa e a data do recebimento provisório será considerada como termo final para fins de aferição do cumprimento do prazo de entrega pela empresa fornecedora, salvo o disposto na cláusula 9.1.

7.5. Nas hipóteses das cláusulas 7.2 e 7.3, terá prosseguimento a contagem do prazo de entrega.

7.6. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento provisório ou definitivo do veículo.

8. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca, modelo e versão do veículo com os indicados na proposta da fornecedora;
- b) atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência e às constantes da proposta da empresa fornecedora (quando superiores àquelas);
- c) realização de testes de funcionamento dos sistemas do veículo (alarme, rádio, vidros elétricos, travas elétricas, ar condicionado, etc.);
- d) conformidade do documento fiscal apresentado; e,
- e) conformidade do CRLV-e entregue.

8.1. Constatado que o veículo entregue atende ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9. Verificada alguma falha no fornecimento, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção.

9.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 9, terá continuidade a contagem do prazo de entrega, a partir da data em que a empresa fornecedora for comunicada.

10. No caso de não haver disponibilidade para entrega do veículo de acordo com o modelo e a versão cotados em proposta, a empresa contratada poderá efetuar a entrega de modelo e/ou versão diferente, desde que comprovada a equivalência entre os mesmos.

10.1. Ocorrendo o disposto acima, a contratada deverá encaminhar solicitação formal ao TRE, expondo o motivo da indisponibilidade do veículo ofertado em proposto e o modelo e/ou a versão que o substituirá.

10.2. É de responsabilidade da empresa fornecedora a comprovação de que o modelo e/ou versão substituto é equivalente ao ofertado em sua proposta.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar veículo e/ou equipamento e/ou acessório cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada/substituição do veículo e/ou equipamento e/ou acessório cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

CAPÍTULO 6 - DA NOTA FISCAL/FATURA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do veículo fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO 7 - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento

Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO 8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II do Edital).

CAPÍTULO 9 - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento de veículo, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento.

4. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

6. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO 10 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO(S) FORNECEDOR(ES)

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços

2. Manter, durante todo o prazo de vigência do registro de preços e/ou de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento de veículo, na forma disposta neste Termo de Referência.

5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

7. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 20/10/2021, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 20/10/2021, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1096034** e o código CRC **73F3BC2D**.

0004737-31.2021.6.12.8000

1096034v17